



DESAFIOS E PERSPECTIVAS DA TRANSIÇÃO NUTRICIONAL DE CRIANÇAS BENEFICIADAS PELO PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR

ELIANE DE ANDRADE DIAS; LILIAN DENISE MAI

RESUMO

Introdução: O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) é uma das políticas públicas mais antigas na área de Segurança Alimentar e Nutricional no Brasil. Sua relevância se destaca pela sua amplitude nacional, gratuidade e pelo propósito de assegurar o Direito Humano à Alimentação Adequada para todos os alunos da educação básica pública. O processo de transição nutricional é facilmente observado em todas as fases de vida da população e isso não é diferente entre os escolares, ou seja, há um declínio da desnutrição e um aumento significativo do sobrepeso e da obesidade. É um desafio no ambiente escolar e no contexto do PNAE, revelando não apenas mudanças nos padrões alimentares, mas lacunas na eficácia das estratégias de promoção da saúde e prevenção de doenças. **Objetivo:** Relatar as etapas de problematização, gestão e planejamento teórico-metodológico para o estabelecimento de um protocolo e/ou programa de avaliação nutricional dos escolares da rede pública municipal. **Relato de experiência:** Em um município do noroeste do Paraná, apesar de implantado, o PNAE carece de aprimoramento, especialmente, no sentido de estabelecer um protocolo de diagnóstico nutricional efetivo, resultando em menores percentuais de inadequações nutricionais. A experiência envolve o setor de Alimentação Escolar, que compõe a Secretaria Municipal de Educação, a qual está inserida no PNAE. Todas as unidades escolares públicas são alvo da ação, isto é, 52 escolas municipais, que atendem 24.238 estudantes, além de 64 Centros Municipais de Ensino Infantil, com 14.099 crianças. O diagnóstico nutricional envolve a avaliação antropométrica que é a mensuração de peso e altura, um método não invasivo, de baixo custo, universalmente aplicável e útil para determinar a prevalência de desvios nutricionais. E, é fundamental para direcionar ações do programa, como elaboração de cardápios e atividades de Educação Alimentar e Nutricional. **Conclusão:** O PNAE evoluiu de uma abordagem assistencialista para promover práticas alimentares saudáveis, beneficiando milhões de alunos. No entanto, sua eficácia demanda aprimoramento, especialmente no diagnóstico nutricional. A falta de profissionais e de dados precisos dificultam uma atuação eficiente, destacando a importância desse diagnóstico como ponto de partida para combater o excesso de peso.

Palavras-chave: Vigilância alimentar e nutricional, integralidade em saúde, intersetorialidade; gestão participativa; planejamento estratégico.

1 INTRODUÇÃO

O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), estabelecido na década de 1950, é uma das políticas públicas mais antigas na área de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) no Brasil. Sua relevância se destaca pela sua amplitude nacional, gratuidade e pelo propósito de assegurar o Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA) para todos os alunos da educação básica pública (Silva, 2020).

Atende cerca de 41 milhões de alunos nos 5.570 municípios do Brasil, é considerado internacionalmente pela Organização das Nações Unidas (ONU) um programa de sucesso na área de alimentação escolar, um modelo que pode ser replicado em outros países, adaptando a

realidade de cada um (Cavalcanti, et al. 2022).

O processo de transição nutricional é facilmente observado em todas as fases de vida da população e isso não é diferente nos escolares, ou seja, há um declínio da desnutrição e um aumento significativo do sobrepeso e da obesidade (Segundo et al., 2021).

A prevalência de excesso de peso em crianças e adolescentes no Brasil é uma grande preocupação de saúde pública, pois os números seguem altos e acima da média global. É inegável que, se nada for feito para controlar o avanço do excesso de peso, da obesidade e das comorbidades associadas, em um futuro próximo, os escolares só terão mudado de problema e permanecerão em risco nutricional, mas em extremos opostos (Santiago-Vieira et al., 2024).

Ainda, no Brasil, em 2022, 14,2% das crianças com até 5 anos de idade estavam com excesso de peso, enquanto a média global é 5,6%, já entre os adolescentes o número é ainda mais alarmante: 31,2% estavam com sobrepeso ou obesidade, quase o dobro da média global: 18,2% (FIOCRUZ, 2023).

A transição nutricional é um desafio significativo no ambiente escolar e no contexto do PNAE, revelando não apenas mudanças nos padrões alimentares, mas lacunas na eficácia das estratégias de promoção da saúde e prevenção de doenças no ambiente escolar. Além dos impactos negativos na área da educação, estes se refletem nas diversas esferas de atenção e gestão públicas, como na saúde e na economia, bem como no convívio social e ambiental dos escolares.

Em muitos municípios brasileiros, apesar de implantado, o PNAE carece de aprimoramento, especialmente, no sentido de estabelecer um protocolo de diagnóstico nutricional efetivo, resultando em menores percentuais de desvios nutricionais entre os escolares. O diagnóstico nutricional envolve a avaliação antropométrica que é a mensuração de peso e altura, um método não invasivo, de baixo custo, universalmente aplicável e útil para determinar a prevalência de inadequações nutricionais (Borsa, 2023).

A falta de profissionais e dados precisos dificulta uma atuação eficaz, destacando-se a importância desse diagnóstico como ponto de partida para combater o excesso de peso. Compete à gestão pública, em âmbito municipal, organizar, conduzir, aprimorar e avaliar processos para melhorias das diversas políticas públicas, incluindo-se a avaliação nutricional dos escolares no âmbito das escolas, de modo integrado às demais secretarias e instituições formadoras correlatas a essa temática em seu território.

O objetivo é relatar as etapas de problematização, gestão e planejamento teórico-metodológico para o estabelecimento de um protocolo e/ou programa de avaliação nutricional dos escolares da rede pública municipal.

2 RELATO DA EXPERIÊNCIA

A experiência envolve o setor de Alimentação Escolar, que compõe a Secretaria Municipal de Educação (SEDUC) de um município do noroeste do estado do Paraná, a qual está inserida no PNAE. Todas as unidades escolares públicas são alvo da ação, isto é, 52 escolas municipais, que atendem 24.238 estudantes, além de 64 Centros Municipais de Ensino Infantil (CMEIs), com 14.099 crianças da educação infantil (PMM, 2024).

Como membro da equipe gestora e nutricionista, é desafiadora a participação em todas as etapas de idealização, planejamento e execução da construção e implementação de um protocolo e/ou programa de diagnóstico nutricional da rede pública municipal de ensino. Apesar de o assunto e problemática já ser um tema latente e recorrente junto à SEDUC, a iniciativa atual foi se conformando de modo mais concreto a partir de janeiro de 2024, mediante uma parceria de formação de pessoas entre o ente municipal e uma universidade pública estadual, por meio de um Programa de Pós-Graduação de Políticas Públicas em nível de Mestrado Profissional.

Uma vez problematizado o tema, conforme apontado brevemente na introdução, coube

à gestão pública municipal assumir a responsabilidade por ações efetivas e planejadas para o enfrentamento da problemática estabelecida. No caso, trata-se do setor de Alimentação Escolar da SEDUC.

O planejamento incluiu várias definições e etapas, algumas das quais ainda estão em andamento, de modo a que, ao final, sejam produzidos dados importantes e capazes de orientar a construção do protocolo e/ou programa de avaliação nutricional dos escolares em âmbito municipal. Para fins do presente relato de experiência, destacam-se as seguintes etapas:

1. Definição do objeto, no caso, o aprimoramento da PNAE mediante construção de um protocolo e/ou programa de avaliação nutricional dos estudantes da rede pública municipal;
2. Estabelecimento de princípios teórico-metodológicos fundamentais, sobre os quais as ações e metas serão estabelecidas, a exemplo de: cobertura de 100% da rede municipal de ensino; integração entre equipe gestora, comunidade escolar e sistema de saúde; gestão participativa; intersetorialidade; diagnóstico nutricional; atividades de Educação Alimentar e Nutricional (EAN); monitoramento e avaliação, entre outros;
3. Identificação do perfil e capacidade das escolas municipais para a realização da avaliação nutricional e de atividades de educação alimentar e nutricional, com definição dos profissionais aptos e suas respectivas responsabilidades e atribuições, mediante o envio de um questionário próprio aos diretores das escolas;
4. Definição de instrumentos e/ou otimização de sistemas de informação para a produção e sistematização de dados e construção de indicadores de avaliação nutricional para fins de planejamento de ações, monitoramento e avaliação permanentes;
5. Realização do diagnóstico nutricional dos estudantes, por meio do indicador de Índice de Massa Corporal (IMC) para idade, recomendado pela Organização Mundial da Saúde (OMS);
6. Indicação de ações do programa, como elaboração de cardápios, atividades de EAN mais assertivas, planejamento de ações de promoção à saúde e prevenção de doenças, integração com o sistema de saúde local, maior articulação com instituições de ensino superior na área de Nutrição e Dietética entre outras;
7. Estabelecimento de mecanismos de monitoramento e avaliação.

As etapas 1 e 2 já estão concluídas; as etapas 3, 4 e 5 estão em andamento; as etapas 6 e 7 acontecerão na sequência. E, após concluídas, pretende-se apresentar, na forma de Projeto de Lei ou em um formato a definir, a criação do respectivo programa.

O PNAE evoluiu de uma abordagem assistencialista para promover práticas alimentares saudáveis, beneficiando milhões de alunos. No entanto, sua eficácia demanda aprimoramento, especialmente no diagnóstico nutricional dos escolares. Os dados desse diagnóstico são fundamentais para direcionar ações do programa, como elaboração de cardápios e atividades de EAN, para uma intervenção mais precoce, contínua, direcionada e eficaz, além de ser um excelente indicador da eficiência das ações durante o ano letivo, conforme a evolução do estado nutricional dos alunos.

A intersetorialidade e a interface entre as áreas de educação e saúde é um eixo fundamental para alcançar resultados almejados e possíveis diante das condições epidemiológicas do país no campo alimentar. Enquanto os objetivos, atores e ações do PNAE forem trabalhados de maneira segregada, o resultado do programa permanecerá parcial. Por isso, a importância de uma abordagem integrada e abrangente, na qual as atividades de EAN promovam a prática autônoma e voluntária de hábitos alimentares saudáveis, de forma contínua, permanente, transdisciplinar, intersetorial e multiprofissional (Sperb et al., 2024).

A comunidade escolar, após diagnóstico nutricional e capacitação, deve promover escolhas conscientes e saudáveis em relação à alimentação, alcançando não apenas a redução do avanço do excesso de peso, mas a prevenção de outras doenças, seu bem-estar físico e mental.

3 CONCLUSÃO

O PNAE se destaca enquanto política pública federal no tocante ao DHAA para todos os estudantes da educação básica. Contudo, é em nível de município que sua implementação acontece, cabendo ao ente municipal otimizar os resultados positivos de tal política pública.

Espera-se, a partir da experiência em lide, além de mensurar a quantidade de equipamentos e pessoal necessários, conhecer o perfil nutricional dos escolares para uma atuação eficaz nas inadequações observadas, principalmente, com ações de educação alimentar e nutricional efetivas e contínuas para mudanças de hábitos e alcance de melhores condições de saúde, estendendo-se tais benefícios às famílias e comunidade em geral.

Utilizar instrumentos de gestão, planejamento e avaliação para fundamentar a experiência local, imbuídos dos princípios da gestão pública, é assumir o protagonismo para o alcance de melhorias para a população. E, uma vez implantado, espera-se, igualmente, que o protocolo e/ou programa de avaliação nutricional de escolares em âmbito municipal estimule ações e iniciativas similares em outros contextos ou municípios.

REFERÊNCIAS

BORSA, M. P. **Implicações da pandemia de COVID-19 na segurança alimentar e nutricional dos escolares de 6 a 10 anos de idade do município de Realeza – Paraná.**

Dissertação de mestrado do curso de pós-graduação em Ciências Aplicadas à Saúde da Universidade Estadual do Oeste do Paraná. Francisco Beltrão, p. 56, 2023.

CAVALCANTI, C.; DANTAS, J. P. M.; FARENZENA, N.; ALVES, T.; SILVEIRA, A. D.; SANTARELLI, M. **Nota em defesa de reajustes nos valores per capita do programa nacional de alimentação escolar.** Observatório da Alimentação Escolar – ÔAE e Associação Nacional de Pesquisa em Financiamento da Educação – FINEDUCA. São Paulo, ago., 2022.

FIOCRUZ – FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ. Obesidade em crianças e jovens cresce no Brasil na pandemia. **Portal FIOCRUZ**, 22 nov. 2023. Disponível em: <https://portal.fiocruz.br/noticia/obesidade-em-criancas-e-jovens-cresce-no-brasil-na-pandemia#:~:text=Apesar%20do%20recuo%2C%20no%20entanto,estava%20com%20sobrepeso%20ou%20obesidade>. Acesso em: 22/04/2024.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARINGÁ (PMM). Secretaria de educação, 2024. Disponível em: <http://www.maringa.pr.gov.br/educacao/>. Acesso em: 26/04/2024.

SANTIAGO-VIEIRA, C.; VELASQUEZ-MELENDZ, G.; RIBEIRO-SILVA, R.C.; PINTO, E.J.; BARRETO, M.L.; LI, L. Recent changes in growth trajectories: a population-based cohort study of over 5 million Brazilian children born between 2001 and 2014. *The Lancet Regional Health – Americas*. Vol. 32:100721, April, 2024.

SEGUNDO, J. F. L.; SOUZA, M. L. A.; PONTES, A. A. D.; JERÔNIMO, H. M. A.; BARROS, J. C.; SANTOS, E. D.; BARROS, A. F. A inserção das atividades do nutricionista no âmbito do PNAE em escolares no município de Picuí-PB. **Research, Society and Development**, v. 10, nº3, e53710313630, 2021.

SILVA, C. R. **Programa nacional de alimentação escolar: aplicabilidade das normas diante da atuação profissional no contexto de segurança alimentar e nutricional.** Dissertação de mestrado do curso de pós-graduação em Nutrição e Saúde da Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, p. 163, 2020.

SPERB, A. S. S.; NASCIMENTO, E. R. M.; KOPPER, A. G.; SILVEIRA, M. B. T.; OLIVEIRA, C. T.; PEGORARO, S. B.; CARDOSO, S. S. **Cartilha do curso: Planejamento de ações de educação alimentar e nutricional no ambiente escolar.** Centro Colaborador em Alimentação e Nutrição do Escolar (CECANE) da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Porto Alegre, 2024.